

São Paulo, 29 de novembro de 2021.

NOTA TÉCNICA:

**DESMATAMENTO SEM CONTROLE NA AMAZÔNIA LEGAL: A ESTIMATIVA DA TAXA DE
DESMATAMENTO PRODES EM 2021 E O IMPACTO NAS ÁREAS PROTEGIDAS**

Antonio Oviedo

Coordenador do Programa de Monitoramento

Alana Almeida

Analista do Programa de Monitoramento

Cicero Augusto

Analista de Geoprocessamento

William Pereira

Analista de Geoprocessamento

Ricardo Abad

Analista do Programa Xingu

I – Introdução

O objetivo da presente Nota Técnica é apresentar os resultados da estimativa do desmatamento, divulgados pelo sistema PRODES (INPE), e avaliar os impactos sobre as áreas protegidas da Amazônia legal Brasileira.

A taxa de desmatamento na Amazônia Legal referente ao período de 01 agosto de 2020 a 31 julho de 2021, divulgada pelo Inpe, foi de 13.235 km² (1.323.500 hectares). Esse valor representa um aumento de 21,97% em relação a taxa de desmatamento apurada pelo PRODES 2020 que foi de 10.851 km² para os nove estados da Amazônia legal. É a terceira alta consecutiva no governo Bolsonaro e também a primeira vez desde o início das medições, em 1988, que a devastação sobe por quatro anos seguidos. O resultado é fruto de um esforço de desmonte das políticas ambientais e de combate ao desmatamento do atual governo.

Para gerar esta estimativa do ano de 2021, o INPE analisou um conjunto de 106 cenas prioritárias de todos os estados da Amazonia legal, que atendem a três critérios: 1) cobrir a região onde foram registrados pelo menos 90% do desmatamento no período

anterior do PRODES (agosto/2019 a julho/2020); 2) cobrir regiões onde foram registrados pelo menos 90% dos avisos de desmatamento do DETER 2020/2021; e 3) cobrir os 54 municípios prioritários para fiscalização referidos no Decreto Federal 6.321/2007 e atualizado em 2018, 2020 e 2021 pelas Portarias No . 428, 161 e 9 do 19 de novembro de 2018, 15 de abril de 2020 e 11 de janeiro de 2021, respectivamente, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A localização dessas 106 cenas é mostrada na Figura 1.

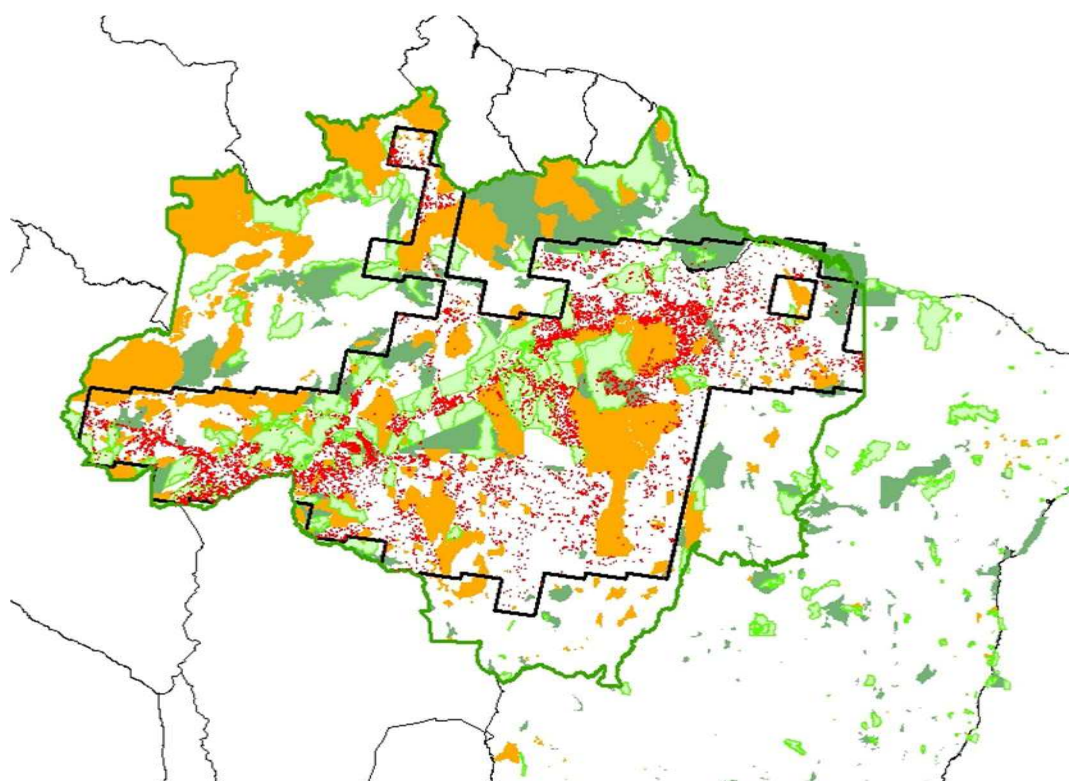


Figura 1. Delimitação da área objeto do mapeamento da estimativa PRODES 2021, que compreende as 106 cenas OLI/Landsat-8 selecionadas.

O valor absoluto do desmatamento, calculado pelo Instituto Socioambiental conforme os dados geospaciais (formato shapefile), disponíveis na plataforma TerraBrasilis (<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>), totaliza 1.323.500 hectares, distribuídos nas seguintes categorias (Tabela 1). Para fins de comparação com o período anterior de medição do PRODES (dados consolidados de 2020, que consideram toda a Amazônia legal), os dados do PRODES 2020 foram considerados apenas para a área mapeada na estimativa de

As áreas protegidas (Terras Indígenas-TIs e Unidades de Conservação-UCs) representam importantes barreiras na proteção à floresta. O desmatamento em seu interior representa uma fração do desmatamento em termos absolutos e concentrado em regiões críticas. Durante o período de medição do PRODES 2021, o desmatamento no interior das áreas protegidas representou 16,7% do desmatamento total na Amazônia legal.

Tabela 1. Valores absolutos da estimativa do desmatamento 2021 (agosto/2020 a julho/2021) nas categorias de áreas protegidas (APs) e fora das APs.

Rótulos de Linha	PRODES 2017	PRODES 2018	PRODES 2019	PRODES 2020	PRODES 2021 - Estimativa	Contribuição (%)	Variação 2020-2021 (%)
APA-UCE	26.045	36.273	48.131	51.105	57.919	4,38%	13,33%
APA-UCF	3.260	3.922	6.608	7.078	10.615	0,80%	49,97%
PI-UCE	2.556	1.998	1.991	1.288	4.144	0,31%	221,66%
PI-UCF	3.386	2.750	6.299	7.055	7.332	0,55%	3,93%
TI	12.950	26.859	44.673	40.392	32.864	2,48%	-18,64%
US-UCE	37.606	33.370	43.736	52.699	65.364	4,94%	24,03%
US-UCF	10.398	18.614	30.598	37.078	42.977	3,25%	15,91%
Total em Protegida	96.200	123.786	182.036	196.695	221.215	16,71%	12,47%
Fora	598.500	629.814	830.864	888.405	1.102.285	83,29%	24,07%
Amazônia	694.700	753.600	1.012.900	1.085.100	1.323.500	100,00%	21,97%

A Tabela 1 mostra que a escalada de desmatamento no interior das áreas protegidas é alarmante. Em 2021, os dados do PRODES mostram um aumento de 12,5% na destruição das áreas protegidas. Os três períodos de medição do PRODES anteriores a 2021 também apresentaram aumentos no desmatamento das áreas protegidas, conforme a Figura 1.

Comparando o desmatamento agregado dos três anos do atual governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2021) com os três anos anteriores (2016 a 2018), o desmatamento das áreas protegidas sofreu um aumento de 79%.

As UCs estaduais foram as áreas protegidas mais impactadas e representam 9,6% do desmatamento em 2021. Somente as APAs estaduais respondem por 4,4%. As UCs de proteção integral sofreram um aumento de 221,6% no desmatamento. Este é um resultado preocupante para uma categoria de manejo onde o desmatamento é proibido.

Este resultado da destruição sistemática deste importante patrimônio da sociedade brasileira evidencia o contínuo desmonte das políticas e órgãos responsáveis pela gestão e fiscalização destas áreas.

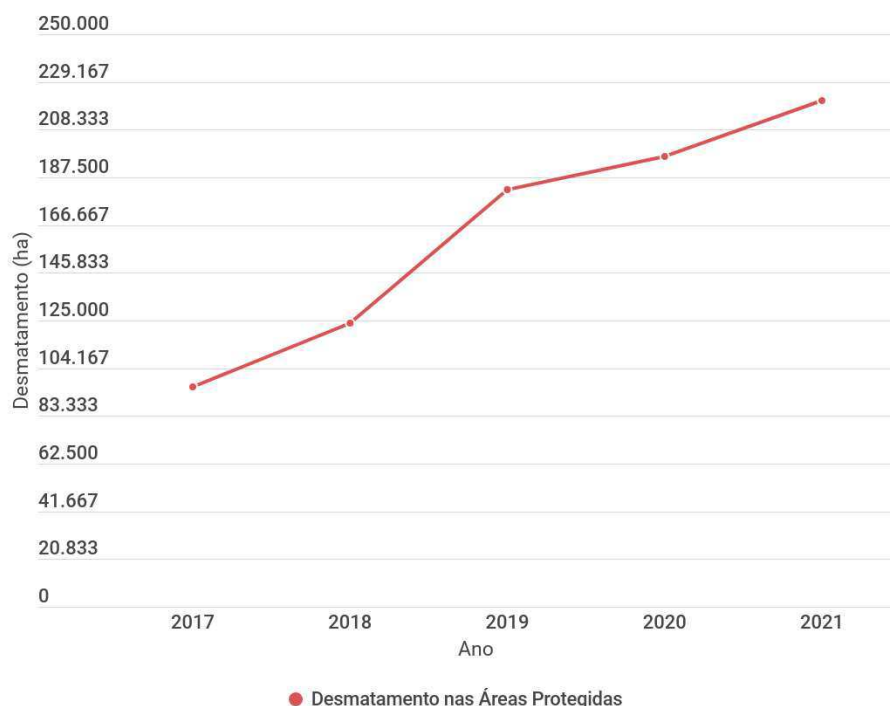


Figura 1. Evolução do desmatamento nas áreas protegidas da Amazônia legal entre 2017 a 2021.

II – Terras Indígenas

Esta nota técnica analisou 268 territórios indígenas (terras indígenas, reservas indígenas, dominial indígena). Segundo dados oficiais do sistema PRODES (INPE), 67 TIs (25% das TIs cobertas pela estimativa do desmatamento do PRODES) apresentaram desmatamentos em 2021, somando 32.864 hectares.

O desmatamento nas TIs em 2021 foi 18,6% menor em comparação com o ano de 2020, e representa 2,5% do desmatamento total na Amazônia legal. Apesar da redução do desmatamento em comparação com o período anterior, o nível de invasões e ilegalidade no interior das TIs ainda é muito elevado e representa uma alta taxa de crimes ambientais. O desmatamento registrado em 2021 representa um equivalente a mais de 18 milhões de árvores derrubadas.

Comparando o desmatamento agregado dos três anos do atual governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2021) com os três anos anteriores (2016 a 2018), o desmatamento das TIs sofreu um aumento de 138%.

Outro aspecto a ser considerado é que a estimativa do PRODES 2021 registra apenas o desmatamento de corte raso, ou seja, a supressão total da vegetação nativa. Entretanto, as TIs sofrem intensos processos de invasão degradação florestal, provenientes do roubo de madeira, garimpos ilegais e incêndios criminosos. Tais vetores de degradação florestal não são registrados pelo sistema PRODES. No geral, a detecção de áreas de degradação

por exploração ilegal de madeira, garimpos e incêndios, à medida que avançam no estágio de degradação entram nos cálculos do sistema PRODES nos anos seguintes.

Com isso, segundo o sistema Deter (INPE), que registra diferentes classes de degradação florestal (exploração de madeira, garimpo e queimadas), podemos observar que apesar do desmatamento de corte raso ter reduzido nas TIs, a degradação florestal, em 2021, aumentou 55% no interior das TIs resultando em 22.707 hectares degradados por exploração ilegal de madeira, garimpos e incêndios (Figura 2). Os resultados mostram que as TIs ainda se encontram em intenso processo de invasões e crimes ambientais, que violam os direitos dos povos indígenas.

Desde o início do atual governo de Jair Bolsonaro, a degradação florestal por exploração de madeira, garimpo e incêndios aumentou em 140% no interior das TIs (Figura 2).

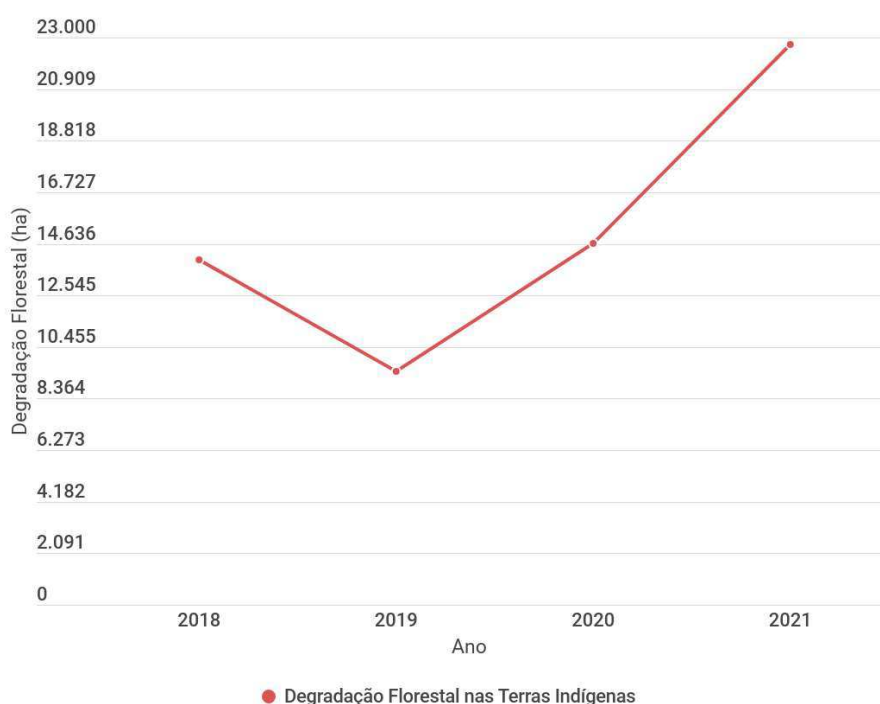


Figura 2. Evolução da degradação florestal por exploração madeireira, garimpos e queimadas nas TI entre 2018 a 2021. Fonte: Deter (INPE).

Entretanto, apenas 20 (vinte) TIs respondem por 80% do desmatamento no conjunto das TIs o que mostra a intensa pressão em um número reduzido de TIs (Tabela 2). Grande parte desse desmatamento ocorreu na bacia do rio Xingu, onde cinco TIs responderam por quase metade do desmatamento registrado nas TI (Ituna/Itatá, Apyterewa, Cachoeira Seca do Iriri, Trincheira/Bacajá e Kayapó).

Tabela 2. Valores absolutos do desmatamento 2021 (agosto/2020 a julho/2021) nas vinte TIs mais impactadas.

TI	Estado	Desmatamento (ha)
TI Apyterewa	PA	6.771,21
TI Trinchiera/Bacajá	PA	3.552,79
TI Kayapó	PA	2.573,96
TI Cachoeira Seca	PA	2.345,38
TI Mundurucu	PA	2.212,30
TI Piripkura	MT	2.151,98
TI Sete de Setembro	RO/MT	1.478,70
TI Marãiwatsédé	MT	1.039,89
TI Kayabi	PA	842,75
TI Karipuna	RO	669,72
TI Ituna/Itatá	PA	440,87
TI Roosevelt	RO/MT	345,15
TI Arara do Rio Branco	MT	331,88
TI Tenharim Marmelos	AM	282,39
TI Manoki	MT	252,65
TI Sai Cinza	PA	251,45
TI Bacurizinho (reestudo)	MA	242,65
TI Sarauá	PA	206,55
TI Sissaíma	AM	202,73
TI Jauary	AM	201,90

A TI Apyterewa foi o território mais devastado em 2021, apresentando um aumento de 7% no desmatamento em comparação com 2020. A pequena variação entre os anos de 2020 e 2021 mostram que este território se encontra em intensa pressão. As TIs Kayapó e Trinchiera Bacajá apresentaram aumentos de 56% e 51%, respectivamente, no desmatamento em 2021.

BOX

Existem outros sistemas de monitoramento do desmatamento que utilizam imagens de satélite com maior resolução espacial e com isso apresentam quantitativos de desmatamentos ainda maiores do que os valores apresentados pelo sistema PRODES. Um

exemplo é o Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento (SIRAD-X)¹ do Instituto Socioambiental (ISA), que monitora as pressões e ameaças na bacia do Xingu. Segundo os dados do SIRAD-X, a TI Apyterewa durante o período de medição do sistema PRODES 2021 (agosto/2020 a julho/2021) registrou 8.135 hectares em desmatamentos, que representa um aumento de 38% em comparação com o mesmo período anterior (agosto/2019 a julho/2020). Em setembro de 2021, a TI Apyterewa registrou o seu maior valor de área desmatada desde janeiro de 2018, quando o sistema SIRAD-X iniciou o mapeamento de sua série mensal.

A TI Piripkura apresentou um aumento no desmatamento sem precedentes. É a TI mais pressionada em desmatamento, com um aumento de 9.175%. A TI registrou 23,2 hectares em 2020, mas em 2021 o nível de destruição passou para 2.151,9 hectares. A TI, habitada por um grupo de índios isolados representa o descaso do governo federal com as regulamentações legais e decisões judiciais que protegem este território. O desmatamento registrado em 2021 revela evidências de fazendas em plena atividade no interior da TI, bem como indícios de que os invasores realizaram novos desmatamentos na área durante o período que antecedeu o término de vigência das Portarias de Restrição de Uso, fruto da expectativa e especulações dos invasores sobre a não renovação da Portaria. A Portaria de Restrição de Uso foi renovada, em setembro, por um curto período de seis meses, que não será suficiente para operar nenhum tipo de desintrusão da área, o que favorece a expansão de fazendas ilegais no território, bem como atividades de exploração ilegal de recursos naturais.

Outras 22 (vinte e duas) TIs apresentaram aumentos no desmatamento em 2021, em comparação com o período anterior, conforme a Tabela 3 abaixo.

¹ O Sistema de Indicação por Radar de Desmatamento (Sirad) consiste em uma série de algoritmos que processam as informações do Satélite Sentinel-1. Ele opera em uma plataforma chamada Google Earth Engine (GEE), que processa rapidamente grandes quantidades de informação. Uma equipe de analistas examina cada local da bacia do Xingu procurando visualmente por anomalias nas imagens produzidas. A cada dois meses, a equipe “De Olho no Xingu” redige um boletim, detalhando os principais resultados dos trabalhos de monitoramento. Os boletins do SIRAD X estão disponíveis em: <<https://xingumais.org.br/categoria/Sirad%20X>>. Os polígonos de desmatamento em formato shapefile para uso em Sistemas de Informação Geográfica (SIG) estão disponíveis neste link: <https://drive.google.com/drive/folders/1zE7AfD-NQrPHdgjiN_ph2D8sw2AIN08p>. O SIRAD X utiliza imagens de radar. Por meio das imagens de radar é possível obter informações mesmo em período de alta cobertura de nuvens (quando o Deter não funciona, pois os seus sensores detectam ondas e, por isso, não atravessa as nuvens). Para saber mais, vide: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-no-xingu-avanca-com-governo-bolsonaro-e-poe-em-risco-escudo-verde-contra-a-desertificacao-da-amazonia>>.

Tabela 3. Variação (%) do desmatamento entre os anos de 2020 e 2021 nas vinte e duas TIs mais impactadas.

TI	PRODES 2020	PRODES 2021	Variação 2020-2021 (%)
TI Poyanawa	0,19	29,44	15496%
TI Piripkura	23,20	2.151,98	9175%
TI Rio Urubu	0,20	14,71	7273%
TI Paracuhuba	2,91	36,25	1146%
TI Marãiwatsédé	167,20	1.478,70	784%
TI Jauary	27,24	201,90	641%
TI Sepoti	30,69	197,76	544%
TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra	1,66	9,85	495%
TI Sissaíma	40,31	202,73	403%
TI Sete de Setembro	298,67	1.416,37	374%
TI Tenharim Marmelos	63,13	282,39	347%
TI Bacurizinho	63,53	242,65	282%
TI Malacacheta	24,73	78,26	216%
TI Lago do Limão	3,67	10,96	199%
TI Kanela/Memortumré	7,74	22,83	195%
TI Arara do Rio Branco	126,51	331,88	162%
TI Pinatuba	20,12	52,49	161%
TI Roosevelt	138,08	345,15	150%
TI Kayabi	344,91	842,75	144%
TI Kaxinawa Praia do Carapanã	15,07	30,86	105%
TI Paquiçamba	7,68	15,36	100%
TI Barata/Livramento	7,38	14,73	100%

Algumas TIs já apresentam uma porcentagem de vegetação nativa abaixo de 50% no território, o que impacta fortemente na segurança alimentar da população indígena. A Tabela 4 apresenta as 12 TI com vegetação nativa remanescente abaixo de 50%.

Tabela 4. TIs que apresentam vegetação nativa remanescente menor do que 50%.

TI	Vegetação Nativa Remanescente (%)
TI Kanela/Memortumré	3,6%
TI Kanela	6,4%
TI Porquinhos dos Canela-Apãnjekra	7,4%
TI Wedezé	11,0%
TI Barata/Livramento	19,6%
TI Krikati	23,6%
TI Nambiquara	28,1%
TI Bacurizinho	35,1%
TI Murutinga/Tracajá	40,6%
TI Guapenu	45,0%
TI Tabalascada	45,4%
TI Jauary	47,2%

III – Unidades de Conservação Federais

O presente levantamento analisou 109 UCs federais, onde 75 UCs 67 TIs (68,8% das UCs cobertas pela estimativa do desmatamento do PRODES) apresentaram desmatamentos em 2021, somando 60.924,3 hectares.

O desmatamento nas UCs federais em 2021 foi 19% maior em comparação com o ano de 2020, e representa 4,6% do desmatamento total na Amazônia legal. Os resultados mostram a terceira alta consecutiva no governo Bolsonaro, evidenciando o completo desmonte do ICMBio e das operações de fiscalização, que deveriam garantir a gestão e proteção deste patrimônio nacional (Figura 3).

Comparando o desmatamento agregado dos três anos do atual governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2021) com os três anos anteriores (2016 a 2018), o desmatamento das UCs federais sofreu um aumento de 130%.

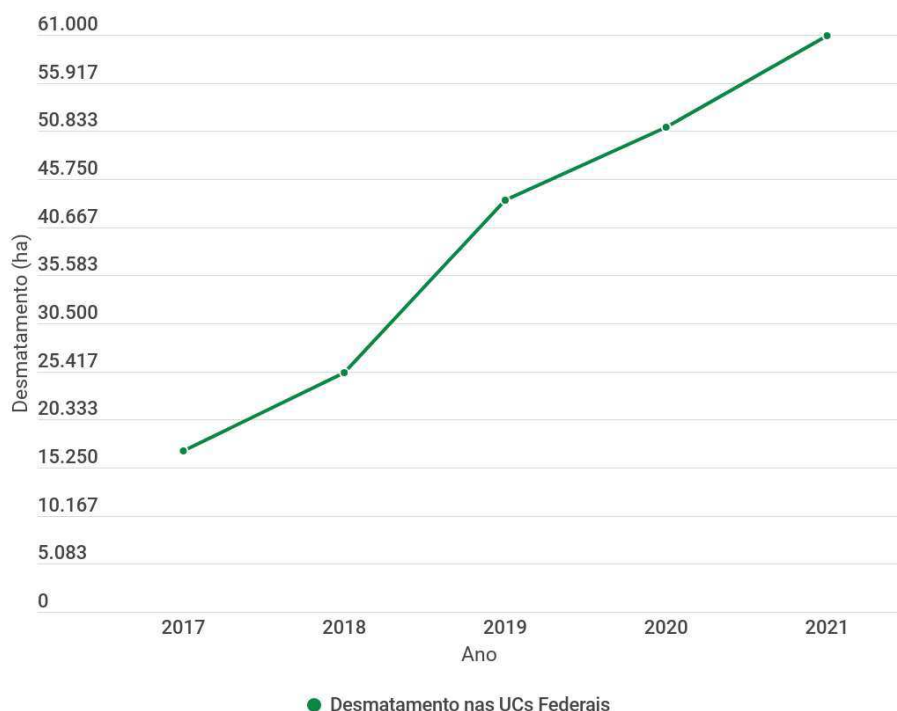


Figura 3. Evolução do desmatamento nas UCs federais da Amazônia legal entre 2017 a 2021

Além do desmatamento de corte raso, registrado pelo sistema PRODES, as UCs federais também sofrem com altos níveis de invasões e ilegalidade na exploração de recursos naturais. Segundo o sistema Deter (INPE), que registra diferentes classes de degradação florestal (exploração de madeira, garimpo e queimadas), podemos observar

que a degradação florestal proveniente da exploração ilegal de madeira, garimpos e incêndios revela outros 29.563 hectares degradados nas UCs federais, o que representa um aumento de 39% (Figura 4). Os resultados mostram que as UCs federais se encontram em intenso processo de degradação ambiental. Desde o início do atual governo de Jair Bolsonaro, a degradação florestal por exploração de madeira, garimpo e incêndios aumentou em 48% no interior das UCs federais.

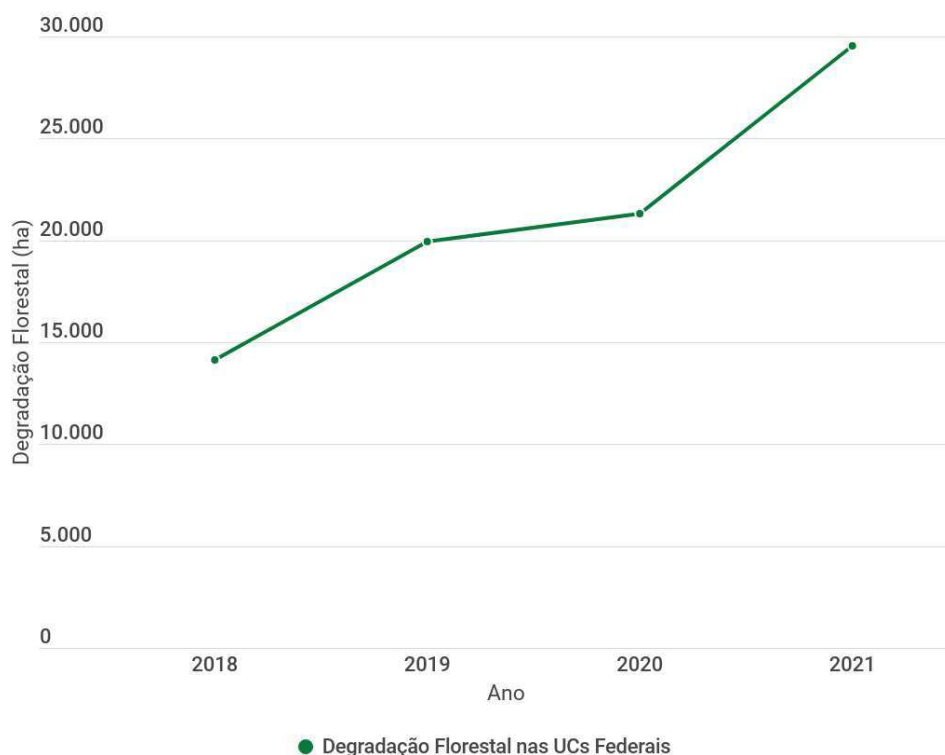


Figura 4. Evolução da degradação florestal por exploração madeireira, garimpos e queimadas nas UCs federais entre 2018 a 2021. Fonte: Deter (INPE).

Entretanto, apenas 14 (quatorze) UCs federais respondem por 90% do desmatamento no conjunto das UCs (Tabela 5). Grande parte desse desmatamento ocorreu nas UCs do estado do Pará, onde dez UCs federais responderam por 71,5% do desmatamento registrado nas UCs federais.

Tabela 5. Valores do desmatamento 2021 nas quatorze UCs federais mais impactadas.

UC federal	Estado	PRODES 2021
FLONA do Jamanxim	PA	18.984,69
APA do Tapajós	PA	10.587,03
RESEX Chico Mendes	AC	8.171,08
FLONA de Altamira	PA	5.706,39
ESEC da Terra do Meio	PA	2.716,36
FLONA de Itaituba II	PA	1.567,66
PARNA do Jamanxim	PA	1.340,04
FLONA do Bom Futuro	RO	1.118,35
RESEX Verde para Sempre	PA	1.097,37
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	PA	1.053,52
FLONA do Amanã	PA	932,05
PARNA dos Campos Amazônicos	RO	728,38
FLONA Caxiuanã	PA	554,58
REBIO do Gurupi	MA	545,79

A FLONA Jamanxim foi a UC federal mais devastada em 2021, apresentando um aumento de 54% no desmatamento em comparação com 2020. Outras 16 (dezesesseis) UCs federais apresentaram aumentos acima de 70% no desmatamento em 2021, em comparação com o período anterior, conforme a Tabela 6 abaixo.

Tabela 7. Variação (%) do desmatamento nas dezesseis UCs federais mais impactadas.

UC Federal	PRODES 2020	PRODES 2021	Variação 2020-2021 (%)
RESEX Arióca Pruanã	11,65	122,89	955,2%
ESEC Alto Maués	3,77	33,30	782,7%
FLONA Caxiuanã	106,97	554,58	418,4%
RESEX Ituxi	26,13	123,65	373,3%
FLONA do Aripuanã	92,94	391,53	321,3%
FLONA do Tapajós	7,68	25,51	232,1%
REBIO do Manicoré	6,57	21,64	229,3%
ESEC de Iquê	8,66	28,51	229,3%
FLONA de Balata-Tufari	51,10	138,11	170,3%
RESEX Arapixi	92,87	203,85	119,5%
PARNA do Juruena	36,70	72,11	96,5%
FLONA de Urupadi	141,62	271,14	91,5%
ESEC da Terra do Meio	1.434,29	2.716,36	89,4%
RESEX Mapuá	7,25	13,64	88,3%
RESEX Rio Iriri	6,68	11,43	71,1%
FLONA de Jacundá	113,59	193,44	70,3%

Quatro UCs federais já apresentam uma porcentagem de vegetação nativa abaixo de 60% no território, o que impacta fortemente os objetivos de conservação da UC (Tabela 8).

Tabela 8. UCs federais que apresentam vegetação nativa remanescente menor do que 60%.

UC Federal	Vegetação Nativa Remanescente (%)
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	46,9%
PARNA de Anavilhanas	55,1%
RESEX Marinha de Soure	58,3%
REBIO do Guaporé	59,7%

IV – Unidades de Conservação Estaduais

As UCs estaduais apresentaram índices bastante elevados de degradação. Este levantamento analisou 118 UCs estaduais, e 60 UCs (50,8% das UCs cobertas pela estimativa do desmatamento do PRODES) apresentaram desmatamentos em 2021, somando 127.427 hectares.

Em 2021, o desmatamento nas UCs estaduais foi 21% maior em comparação com o ano de 2020, e representa 9,6% do desmatamento total na Amazônia legal. Novamente, para as UCs estaduais, os resultados mostram a terceira alta consecutiva (Figura 5).

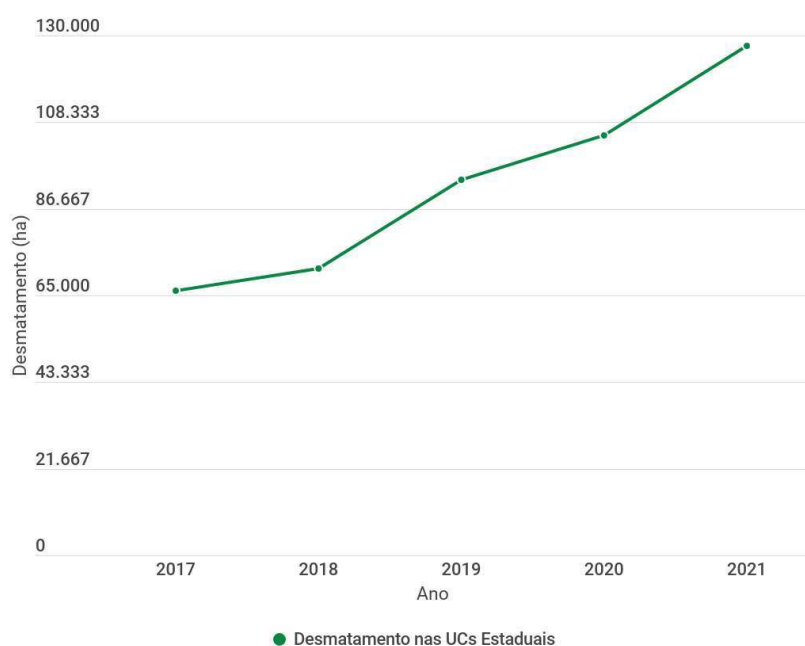


Figura 5. Evolução do desmatamento nas UCs estaduais da Amazônia legal entre 2017 a 2021

Comparando o desmatamento agregado dos três anos do atual governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2021) com os três anos anteriores (2016 a 2018), o desmatamento das UCs estaduais sofreu um aumento de 50%.

Além do desmatamento de corte raso, registrado pelo sistema PRODES, as UCs estaduais também sofrem com intensa pressão por degradação florestal decorrente de invasões e exploração ilegal de recursos naturais. Segundo o sistema Deter (INPE), que registra diferentes classes de degradação florestal (exploração de madeira, garimpo e queimadas), podemos observar que a degradação florestal proveniente da exploração ilegal de madeira, garimpos e incêndios revela outros 32.984 hectares degradados nas UCs estaduais, o que representa um aumento de 168% (Figura 6). Os resultados mostram que as UCs estaduais se encontram em intenso processo de degradação ambiental. Desde o início do atual governo de Jair Bolsonaro, a degradação florestal por exploração de madeira, garimpo e incêndios aumentou em 165% no interior das UCs estaduais.

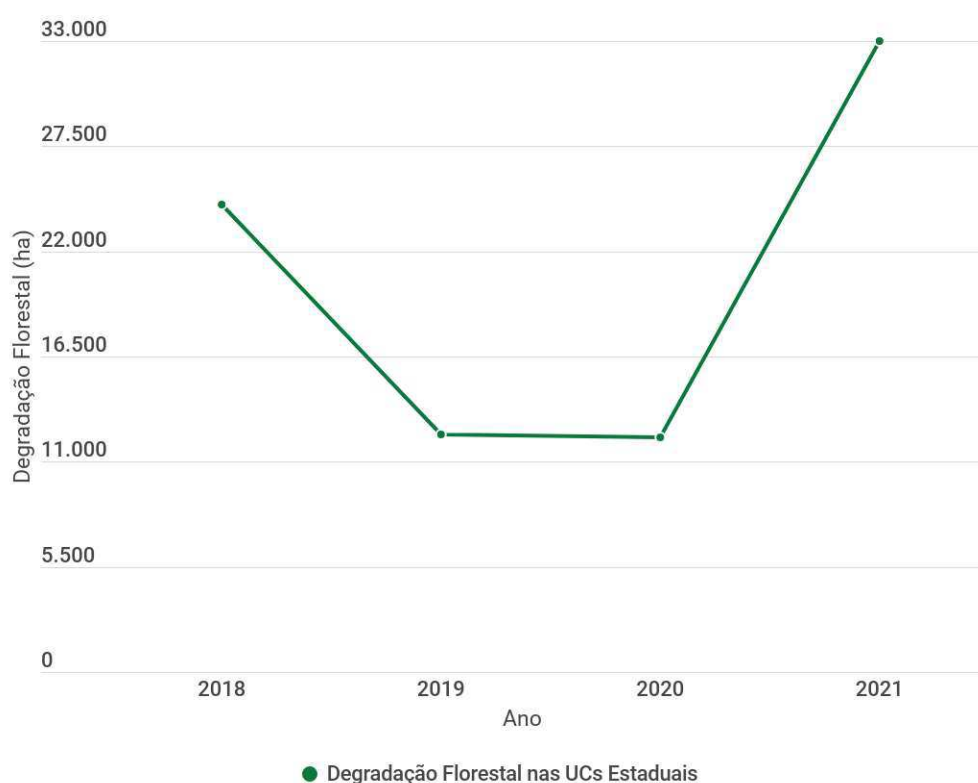


Figura 6. Evolução da degradação florestal por exploração madeireira, garimpos e queimadas nas UCs estaduais entre 2018 a 2021. Fonte: Deter (INPE).

Entretanto, apenas 12 (doze) UCs estaduais respondem por 95% do desmatamento no conjunto das UCs (Tabela 9). Grande parte desse desmatamento ocorreu nas UCs dos

estados do Pará e Rondônia, onde nove UCs estaduais responderam por 92% do desmatamento registrado nas UCs estaduais.

Tabela 9. Valores absolutos do desmatamento 2021 (agosto/2020 a julho/2021) nas quatorze UCs estaduais mais impactadas.

UC Estadual	Estado	PRODES 2021
APA Triunfo do Xingu	PA	53.080,87
FLOREX Rio Preto-Jacundá	RO	46.912,92
RESEX Jaci Paraná	RO	10.737,72
PES de Guajará-Mirim	RO	3.007,35
RESEX Guariba-Roosevelt	MT	2.917,86
APA do Lago de Tucuruí	PA	2.185,79
FES do Paru	PA	1.095,51
RESEX Rio Preto-Jacundá	RO	950,05
APA Baixada Maranhense	MA	817,61
ESEC de Samuel	RO	738,52
APA Arquipélago do Marajó	PA	726,50
FES do Antimary	AC	712,33

A APA Triunfo do Xingu foi a UC estadual mais devastada em 2021, registrando 53.080,8 hectares em novos desmatamentos. Este desmatamento representa um aumento de 21% em comparação com os dados de 2020. Entretanto, a APA Triunfo do Xingu figura, todos os anos, entre as UCs mais degradadas. O desmatamento desta UC ameaça a conectividade no mosaico de áreas protegidas do Xingu.

Outras 12 (doze) UCs estaduais apresentaram aumentos acima de 75% no desmatamento em 2021, em comparação com o período anterior, conforme a Tabela 10 abaixo.

Tabela 10. Variação (%) do desmatamento entre os anos de 2020 e 2021 nas doze UCs estaduais mais impactadas.

UC Estadual	PRODES 2020	PRODES 2021	Variação 2020-2021 (%)
APA do Rio Madeira	0,55	23,74	4222%
RESEX do Guariba	66,32	389,03	487%
RDS do Rio Madeira	15,58	59,83	284%
PES de Guajará-Mirim	872,78	3.007,35	245%
FERS do Rio Madeira (B)	145,44	495,69	241%
FES Tapauá	54,70	176,60	223%
APA de São Geraldo do Araguaia	6,76	18,61	175%
RESEX Rio Cautário (Estadual)	7,35	19,39	164%
FERS Araras	9,97	20,91	110%
FES do Paru	528,43	1.095,51	107%
RDS do Uatumã	16,45	33,03	101%
FES do Antimary	406,74	712,33	75%

Treze UCs estaduais já apresentam uma porcentagem de vegetação nativa abaixo de 50% no território, o que impacta fortemente os objetivos de conservação da UC (Tabela 11).

Tabela 11. UCs estaduais que apresentam vegetação nativa remanescente menor do que 50%.

UC Estadual	Vegetação Nativa Remanescente (%)
PES de Mirador	0,0%
PES Serra dos Martírios/Andorinhas	8,2%
RVS Tabuleiro do Embaubal	16,4%
RDS do Pucuruí-Ararão	21,9%
APA Salto Magessi	22,7%
PES de Corumbiara	29,8%
PES do Xingu	30,1%
RDS Vitória de Souzel	32,3%
APA Paytuna	32,6%
RDS do Alcobaça	36,0%
RVS Quelônios do Araguaia	36,7%
PES Monte Alegre	37,7%
RVS Pe. Sérgio Tonetto	38,4%

IV – Considerações finais

A presente nota técnica evidencia que o desmatamento na Amazônia legal, em especial nas áreas protegidas, apresentou a terceira alta consecutiva durante o governo Bolsonaro. Os resultados mostram que as áreas protegidas, apesar de representarem instrumentos efetivos de gestão ambiental e proteção da sociobiodiversidade, encontram-se intensamente pressionadas, não só pelo desmatamento de corte raso mas também por degradação florestal decorrente da exploração ilegal de madeira, garimpo e incêndios criminosos.

O desmatamento em 2021 se concentrou em 20 terras indígenas e 26 unidades de conservação federais e estaduais, localizadas em regiões pressionadas pela abertura de estradas vicinais, grilagem de terras, expansão agropecuária e de implementação de obras de infraestrutura.

Este resultado negativo para as áreas protegidas é fruto de um esforço persistente de desmonte das políticas de proteção ambiental e de combate ao desmatamento no governo de Jair Bolsonaro. Uma destruição do nosso maior patrimônio socioambiental, que distancia o país cada vez mais de um protagonismo mundial na proteção da natureza, minando as possibilidades de cumprimento do Acordo de Paris pelo Brasil.

As evidências demonstradas pelo aumento do desmatamento nas áreas protegidas mostram que as invasões, o garimpo e a conversão ilegal da vegetação nativa permanecem a passos largos, explorando ilegalmente os recursos naturais e exercendo atividade ilegal incompatível com os objetivos de proteção e conservação dessas áreas. Essa realidade exige, como medida urgente, ações de fiscalização e controle que sejam capazes de fazer cessar os ilícitos e, assim, resguardar este patrimônio nacional.